

## **A AGROINDÚSTRIA E O VIÉS DA CAMPESINIDADE EM VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES**

Rodrigo da Costa Caetano<sup>1</sup>  
Jonadable Alves Palmeira<sup>2</sup>

### **Resumo**

No trabalho apresentamos uma discussão acerca da agroindústria familiar artesanal no município de Venda Nova do Imigrante – Espírito Santo, como possibilidade de resistência e resiliência, com traços de campesinidade e pluriatividade, frente às incipientes políticas da gestão pública local. As vivências e experiências levantadas na pesquisa seguem uma abordagem qualitativa, a fim de alcançarmos uma compreensão geral conjuntural da realidade na qual se encontram os produtores rurais, que se (agro)industrializaram contrapondo as convencionais lógicas empresariais dos grandes empreendimentos capitalistas. Esperamos promover uma reflexão para subsidiar futuras análises sobre as tipologias existentes no recorte estudado.

**Palavras-chave:** Políticas, Agroindústria. Campesinato.

### **Introdução**

O estudo tem como objetivo analisar como a agroindústria de Venda Nova do Imigrante – ES, com traços de campesinidade, tem se posicionado na relação com o Estado diante da ausência de políticas públicas/sociais significativas para o desenvolvimento territorial local.

A agroindústria familiar artesanal, típica da organização do campesinato contemporâneo ou da unidade camponesa<sup>3</sup>, amplia as possibilidades de diversificação da produção e aumenta a renda do pequeno produtor rural; à sua consolidação é mister se relacionar com diversas políticas públicas, como auspícios governamentais ao agroturismo, à manutenção das manifestações culturais e à conservação ambiental.

A respeito da evolução conceitual do campesinato (GUZMAN e MOLINA, 2013), compartilhamos da tônica geral da incorporação da cooperação para reprodução social diante de quadros conjunturais adversos. Assim, reforçamos a ideia de existência da essência e

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro; profrodrigouenf@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro; Bolsista FAPERJ; jonadablealves@gmail.com

<sup>3</sup> Conforme Costa e Carvalho (2016, p. 23 e 24) “unidades camponesas produzem orientadas pela finalidade comum da reprodução dos respectivos grupos familiares, em perspectiva que incorpora consistência entre gerações (...) validam essa *natureza* essencial, entretanto, em combinações individualizadas de capacidades privadas, condicionadas por possibilidades e restrições das realidades locais, regionais e nacionais, que findam por definir a sua *forma* de existência. Nessa condição concreta, constituem um *campesinato*”.

mudança de perspectivas ao longo dos tempos, visto que as relações de poder e as estratégias em prol das resistências não são as mesmas. De acordo com Costa e Carvalho (2016, p. 23):

Campesinato é o conjunto de famílias camponesas existentes em um território. As famílias camponesas existem em territórios, isto é, no contexto de relações sociais que se expressam em regras de uso (instituições) das disponibilidades naturais (biomas e ecossistemas) e culturais (capacidades difusas internalizadas nas pessoas e aparatos infraestruturais tangíveis e intangíveis) de um dado espaço geográfico politicamente delimitado.

Venda Nova do Imigrante, nosso recorte espacial da pesquisa, apesar de sua recente emancipação política, efetivada com a promulgação da Lei nº 4.069 de 06 de maio de 1988, apresenta relevantes fatores históricos que influenciaram nas formações social e territorial.

Com base no *site* da Prefeitura, Venda Nova do Imigrante recebeu inúmeros imigrantes italianos com as respectivas expectativas já que nessa região encontravam-se fazendas de café abandonadas por conta da abolição da escravidão.

Apesar da possibilidade de obtenção de uma gleba rural, ao analisarmos a ocupação de Venda Nova do Imigrante, nos deparamos com um cenário peculiar, como as ausências da participação do Estado evidenciadas na: a) inexistência de estradas e conseqüentemente no isolamento dos moradores; b) falta de escolas, conservando a concepção original de ideologia e cultura; c) carência de instituições públicas necessárias ao exercício da cidadania e à dignidade humana.

No entanto, diante dessas dificuldades a comunidade mostrou a sua resistência, mantendo uma unidade pautada na tradição, já que os imigrantes eram oriundos da região de Vêneto, ao norte da Itália. Assim, manifestações culturais e a manutenção daquela essência da campesinidade, ainda que marcada pela heterogeneidade, estão presentes nas práticas sociais, bem como nos laços de interdependência da comunidade. Colbari (1997), em seu ensaio sobre o “Familismo”, corrobora:

Nas comunidades de imigrantes italianos, o mutirão e as práticas de ajuda mútua eram orientados tanto pela cooperação quanto pela prestância. Tratava-se de comportamentos movidos não apenas por objetivos materiais comuns - a construção de casas, da igreja, da escola, etc. -, como também pelo sentido de prestar um benefício ao indivíduo ou à coletividade. Expressavam uma estratégia racional e um padrão afetivo de sociabilidade, ambos imprescindíveis à sobrevivência de pessoas sujeitas a experiências comuns de privações e de desamparo (COLBARI, 1997, p. 03).

Essa referência de identidade, capitaneada pela política de interiorização do turismo no Estado, possibilitou ao município um reconhecimento como a “Capital Nacional do Agroturismo”; as rotas rodoviárias que passam por aquela porção territorial se integram a vários municípios, estabelecendo uma condição de posição/situação nodal, potencializando o fluxo de turistas, o setor de serviços e o comércio de produtos da agroindústria.

### **A Agroindústria como Vocação**

A estruturação fundiária que se consolidou ao longo dos anos em Venda Nova do Imigrante se apresenta como um importante fator de análise da sua dinâmica produtiva; a predominância de minifúndios tende a deixar marcas de horizontalidade nas relações sociais e de produção do campo.

O Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – Incaper, em seu Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Proater<sup>4</sup> (2011), revela os aspectos da estratificação da estrutura fundiária do município, que conta com 926 imóveis rurais, sendo 607 minifúndios, 283 pequenas propriedades, 35 médias e 1 grande.

Essa distribuição proporcionalmente mais democrática é fruto de um contexto histórico: a política de incentivo à imigração adotada pelo estado do Espírito Santo, que diferia do formato adotado por outros estados, principalmente quanto à intencionalidade, já que o esforço não se concentrava no provimento de mão de obra para as grandes fazendas. É possível perceber claramente esse movimento no seguinte relato:

Por sua parte, os imigrantes na Província do Espírito Santo não oferecem ao grande proprietário agrícola a garantia de força estável e continua indispensável à grande lavoura, porque sendo fácil aos imigrantes conseguirem lotes coloniais a baixo preço e existindo na Província quatro colônias prósperas [Rio Novo, Castelo, Santa Isabel e Santa Leopoldina] em que observarão compatriotas relativamente ricos, em pouco tempo abandonarão as fazendas para, a exemplo de tais compatriotas, constituírem-se pequenos proprietários agricultores [...] (SOCIEDADE ESPÍRITO-SANTENSE DE IMIGRAÇÃO, 30 ago. 1887<sup>5</sup> apud BARROS, 2007).

<sup>4</sup> O Incaper utiliza os dados do INCRA (2011) como fonte, mantendo também os critérios adotados pelo Inca e estabelecidos na Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e na Instrução Normativa Nº 11, de 04 de abril de 2003, para caracterizar as propriedades.

<sup>5</sup> SOCIEDADE ESPÍRITO SANTENSE DE IMIGRAÇÃO. Relatório apresentado na sessão de posse a 28 de agosto de 1887. In: A Província do Espírito Santo, Vitória, 30 ago.

A continuidade da característica dimensão territorial geral, com predominância dos torrões de terra, é um fenômeno que pode evidenciar as estratégias de resistência adotadas nas relações marcadas pelo ethos da campesinidade, entendida nesse trabalho como uma superação da perspectiva meramente capitalista da terra como mercadoria que assume caráter produtivo e /ou especulativo – rentista. Existe a compreensão local de que a terra-território representa o âmbito da vida em família, com conflitos, dinâmicas produtivas e simbologias inerentes ao processo de construção social do espaço.

Nessa perspectiva, não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria (WOORTMANN, 1990, p. 02).

Essa concepção da terra como uma “dádiva” e principalmente como um patrimônio familiar, tem sido a tônica da organização territorial do município de Venda Nova do Imigrante cuja dinâmica comercial foi pautada pela produção do café, que mesmo não caracterizando uma monocultura é a base produtiva majoritária local-regional.

No entanto, a condição de sazonalidade da cafeicultura teve o seu papel na manutenção ou na evolução da diversificação da produção, o que se mostrou bastante relevante no final da década de 1980, quando se iniciam as crises conjunturais da comercialização do referido produto.

Considerando ser por meio da pequena propriedade que o agricultor familiar garante a sua subsistência, a diversidade da produção é uma necessidade para a soberania alimentar local-regional; mesmo mantendo uma cultura como referência para comercialização outras atividades agropecuárias eram essenciais para a vida, como o cultivo de hortaliças, frutas e a criação de animais.

Nos últimos decênios, essa pluriatividade<sup>6</sup> típica da agricultura familiar, ganhou importância na constituição da renda familiar com o fomento das atividades rurais não agrícolas. *In loco*, encontramos tanto unidades produtivas mais dedicadas à comercialização

---

<sup>6</sup> Entendemos a pluriatividade neste trabalho como um processo no qual as famílias dos agricultores rurais ou parte dessas exercem atividades fins variadas, incluindo aquelas não identificadas diretamente enquanto agrícolas, mas que mantém vivências rurais no seu cotidiano. (SCHNEIDER, 2003).

*in natura* dos seus cultivos quanto as que preconizam a transformação da produção por meio da agroindústria artesanal.

Assim, quando se pensa na estruturação da agroindústria de base familiar artesanal os insumos principais já estão à disposição por conta da aludida diversificação da produção, ainda que a ampliação do potencial da escala produtiva e a inserção de novas culturas sejam imperiosas. Além disso, o contexto da diversidade na “totalidade” regional possibilita parcerias a baixo custo para aquisição de insumos e venda de alguns excedentes.

Esse contexto favorável para a consolidação do município de Venda Nova do Imigrante como referência na agroindústria é fruto de conjunturas regionais, mas também de fatores como a miniaturização das tecnologias de produção, que, segundo Wilkinson (2003), possibilitou aos agricultores familiares condições necessárias para processar os alimentos, atendendo minimamente à legislação sanitária, em uma escala rentável de comercialização, sem, no entanto, distanciar das receitas tradicionais da família.

A transformação do excedente de produção agrícola em novos produtos é uma construção histórica e faz parte da cultura dos imigrantes italianos. Esse processamento de matérias-primas está para além de uma técnica de conservação de alimentos, trazendo consigo um saber-fazer que revela a resistência presente na tradição intergeracional.

Historicamente, tem representado uma forma de minimização dos impactos da dependência da natureza, e de seus produtos primários, garantindo, através do processamento, o aumento da diversidade e a durabilidade dos produtos alimentícios. Além disso, a agroindústria passa a ser uma forma de síntese contemporânea, pois representa a união entre o velho e o novo, representados, respectivamente, na racionalidade camponesa (relações de produção e saber-fazer) e racionalidade empresarial (gestão e administração, fiscalização, adequadas às exigências do mercado) (SULZBACHER, 2009, p. 02).

Logo, a racionalidade produtiva da aludida agroindústria não busca, majoritariamente, o apelo empresarial pela força do capital, que concentra renda e modifica a lógica produtiva, impondo a dinâmica da indústria para geração de mais valia, tendo como prováveis consequências a exploração e a expropriação do trabalhador rural. A entendemos como alternativa de valorização e complementaridade das atividades agrícolas realizadas nas pequenas propriedades rurais, favorecendo novas conotações à organização produtiva familiar, em especial ao trabalho das mulheres.

Nesse sentido, a agroindústria de base artesanal com viés camponês configura-se como uma possibilidade de diversificação do produto da agricultura familiar, agregando valor à

comercialização e se apresentando como uma alternativa para o agricultor exercer o protagonismo diante do processo produtivo.

No Espírito Santo essa tendência ganha força nos anos de 1990, impulsionada pelo agroturismo, que também se “alimenta” tanto da produção e do seu beneficiamento, quanto da inserção cultural, a exemplo da culinária local cuja manifestação maior é o evento anual denominado “Festa da Polenta”, que acontece em outubro com concurso de rainha, cenografia, comidas e danças típicas, tendo, neste ano (2017), a confirmação de sua 39ª edição. Uma das principais representações da referida festa pode ser observada na fotografia a seguir.



**Festa da polenta em Venda Nova do Imigrante**  
**Fonte: Associação de Desenvolvimento do Agroturismo (Agrotur).**

É interessante notar que a rede de agroindústrias de Venda Nova do Imigrante se integra ao circuito turístico da região, porquanto os seus produtos têm enorme valor agregado por conta da origem, da cultura e do ambiente cuja identidade confere o diferencial no âmbito do consumo ampliado dos atrativos.

Essa preocupação em tornar o empreendimento e os seus produtos mais atrativos para os consumidores vem, obviamente, da intenção de aumentar o fluxo de comercialização. Essa visão, que se mostra atenta às exigentes expectativas do mercado de turismo, não significa, segundo Woortmann (1990), uma baixa campesinidade; antes, evidencia uma resiliência frente às possíveis dificuldades para garantir mais do que a subsistência, a propriedade da família e a dignidade da vida.

Nesse sentido, a parte da propriedade onde os produtos são expostos e comercializados também se torna um atrativo estratégico para o turista e sua família. Podemos perceber, na figura a seguir, elementos que reforçam a identidade e a herança italiana, além do zelo com a limpeza e o paisagismo.



(a) Espaço de Recepção na Agroindústria Brioschi;  
 (b) Trajes típicos dos imigrantes na Agroindústria Lorenção;  
 (c) Produtos da Agroindústria Tia Cila;  
 (d) Objetos históricos na lojinha da Agroindústria Sítio Jaboticaba.  
 Fonte: Associação de Desenvolvimento do Agroturismo (Agrotur). Organização própria.

Normalmente, a recepção conta com a participação dos membros da família; muitas vezes fomos “ciceroneados” pelos patriarcas, que nos “brindaram” com explicações e demonstrações de cordialidade.

À medida que a agroindústria se constitui como uma estratégia de desenvolvimento, se evidencia a necessidade de implementação de políticas públicas/sociais para todas as suas tipologias, pois os pequenos produtores continuam carecendo de financiamentos subsidiados, assistência técnica e extensão rural, formação em boas práticas de fabricação, gestão administrativa, dentre outras demandas processuais, como a Educação do Campo, que reforçam a identidade territorial, a participação política e o ethos da campesinidade para as próximas gerações.

Os sujeitos da agroindústria cuja composição orgânica é familiar e a produção artesanal se (re)organizam diante da “ausência” e da atuação do Estado enquanto agente da regulação, pois grande parte da dificuldade no cumprimento das prescrições normativas está em dois pontos: na infraestrutura dos estabelecimentos e no modo de fazer os produtos. Essa distância entre a normatização e a realidade acaba por criar entraves para a formalização de alguns empreendimentos, sem, contudo, o oferecimento de programas institucionais estatais de desenvolvimento da agroindústria artesanal familiar.

### **Percurso metodológico**

O trabalho em questão parte de uma abordagem qualitativa, pois entendemos que corresponde ao universo dos significados, aspirações, crenças, valores e atitudes dos sujeitos que às vezes se mostram outras se escondem nas nuances das relações sociais (MINAYO, 1994).

Tomamos o estudo de caso como tipo de pesquisa para interpretação de um contexto e melhor apreensão do objeto (LUCKE e ANDRÉ, 1986, p. 18). Nesse sentido, entende-se como ponto fulcral a consideração do território onde estão inseridos os sujeitos, observando-se os aspectos geográficos e a ascendência cultural familiar, entre outros, que tendem a influenciar na dinâmica da produção.

Na análise da literatura pertinente aos conceitos de agroindústria, utilizamos referências como Prezotto (2000) e Wesz (2009) no que tange ao debate das tipologias para a compreensão de terminologias que nos ajudam a pensar e explicar a realidade da agroindústria em Venda Nova do Imigrante – ES.

O estudo, em andamento, também se ancora na pesquisa documental e na empiria, respectivamente (*a priori*), tendo em vista as informações produzidas a partir da promoção



estatal de ações pertinentes à relação da produção da agroindústria com o ordenamento do território e as estratégias que emergem da organização da sociedade local.

## **Considerações**

A agroindústria convencional, normalmente, realiza captações típicas de complexos a montante e/ou a jusante do sistema produtivo, além da “capacidade” de atendimento às condições impostas pelo estado capitalista; a agroindústria de base artesanal com viés da campesinidade contemporânea tem na família as principais referências para resistir à lógica meramente empresarial, com coesão comunitária e a criatividade como contrapontos à ordem vigente, mesmo admitindo, contraditoriamente, que alguns produtores familiares não pretendem reproduzir tal condição pela perspectiva de capitalizar suas tradições e ampliar o seu pequeno (agro)negócio.

Nesse contexto, percebemos um dilema dialógico, ao mesmo tempo em que tal agroindústria impulsiona a geração de empregos e potencializa a atividade agregando valor aos produtos, conserva a herança cultural predominantemente italiana caracterizada por certa endogenia. Além de problemas pertinentes à escala produtiva e à assimilação de procedimentos tecnológicos, as relações “fechadas” limitam o alcance do aludido empreendimento familiar.

No que tange à concepção de campesinato frente ao contexto estudado, revelam-se diferenciações internas decorrentes de particularidades quanto à inserção no mercado, dependendo das idiosincrasias construídas à luz de processos nos quais, supostamente, as adversidades proporcionaram tanto a solidariedade quanto a horizontalidade, mas, por outro lado, as relações com o estado podem ter conduzido a comportamentos liberais.

## **Referências Bibliográficas**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Lei Ordinária 4069 de 1988. Cria o município de Venda Nova do Imigrante, desmembrado do município de Conceição do Castelo. Disponível em: [http://www.al.es.gov.br/novo\\_portal/](http://www.al.es.gov.br/novo_portal/). Acessado em 01 de outubro de 2017.

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO AGROTURISMO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE (Agrotur). Disponível em: <http://www.agrotur.com.br/website/site/index.aspx> Acessado em julho de 2017.

BARROS, Thiago Zanetti de. Imigração estrangeira no jornal A Província do Espírito Santo (1882/1889). 2007. 130 p. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Curso de Pós-Graduação, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória.

COLBARI, A. Familismo e ética do trabalho: o legado dos imigrantes italianos para a cultura brasileira. Revista Brasileira de História [online]. 1997, vol.17, no. 34, pp. 53-74. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010201881997000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201881997000200003&lng=pt&nrm=iso) . Acessado em 23 de agosto de 2015.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO. Campesinato. In: STEDILE, João Pedro (Org.). A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato. 1ª edição. São Paulo: Outras Expressões, 2016. pp. 23 – 34.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca. INCAPER Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural Proater 2011. Disponível em: Acessado em 12 de abril de 2017.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA DO IMIGRANTE. Histórico. Disponível em <http://vandanova.es.gov.br/website/site/Historico.aspx>. Acessado em julho de 2017.

PREZOTTO, L. L. A agroindústria rural de pequeno porte e o desenvolvimento local/regional. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AGROINDÚSTRIA, 2000, Lajeado, RS. Anais... Lajeado: [s.n.], 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacf/article/download/25195/22152>. Acessado em 09 de junho de 2017.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SEVILHA, Eduardo Guzmán; MOLINA, Manoel González. Sobre a evolução do conceito de campesinato. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SULZBACHER, A. W. Agroindústria Familiar Rural: Caminhos para Estimar Impactos Sociais, XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp.1-25.

WESZ, Valdemar João. As políticas públicas de agroindustrialização na agricultura familiar: análise e avaliação da experiência brasileira (Dissertação). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

WOORTMANN, Klaus. Com parente não se negueia; o campesinato como ordem moral. Brasília, UnB, 1990, (Anuário Antropológico, 87).